

DADOS DO(A) CANDIDATO(A)

1. Preencha com **LETRA DE FORMA** os campos abaixo, assinando a seguir:

Nome: _____

Nº de inscrição: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

PROCESSO SELETIVO DE ESTÁGIO – DIREITO (GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO)

EDITAL MPF/CE Nº 4/2026

PROVA DISCURSIVA – NÍVEL SUPERIOR (GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO)

Data: 17 de maio de 2026 Duração: 2 horas

Este caderno de prova contém, além desta capa, 1 folha com o enunciado da questão a ser respondida, 1 folha para rascunho (uso facultativo) e 1 folha para transcrição da resposta (que será utilizada para correção).

ATENÇÃO – LEIA COM CUIDADO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

1. Verifique se o caderno está completo e sem falhas de impressão; em caso de irregularidade, avise o fiscal.
2. Use exclusivamente caneta esferográfica de tinta azul ou preta, de corpo transparente.
3. Não haverá substituição da folha de textos definitivos.
4. Apenas o texto transcrito na folha de textos definitivos será corrigido.
5. É proibida qualquer identificação na folha de textos definitivos (assinatura, nome, símbolos etc.).
6. É vedada comunicação entre candidatos durante a prova.
7. O candidato somente poderá deixar a sala após 1 hora do início da prova.
8. O tempo total de 2 horas inclui o tempo necessário para o preenchimento da folha de textos definitivos.

INFORMAÇÕES GERAIS

1. A prova discursiva vale 20 (vinte) pontos e consistirá de 1 (uma) questão dissertativa, conforme o Edital MPF/CE nº 4/2026.
2. Será eliminado(a) o(a) candidato(a) que obtiver nota inferior a 8 (oito) pontos.
3. A não entrega do caderno de prova implica eliminação do processo seletivo.

Boa prova!

Comissão de Recrutamento e Seleção de Estágio – MPF/CE

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO CEARÁ
PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIOS DE GRADUAÇÃO E DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM DIREITO 2026
PROVA DISCURSIVA

Discorra sobre o Ministério Público da União (MPU) à luz da Constituição Federal de 1988, abordando sua posição institucional, princípios constitucionais, funções essenciais à Justiça e estrutura orgânica. Em sua resposta, destaque:

- a) o fundamento constitucional do MPU e sua natureza jurídica;
- b) os princípios institucionais que regem a atuação do Ministério Público;
- c) a composição do MPU, com a distinção entre seus ramos; e
- d) a importância da autonomia funcional, administrativa e financeira do MPU para a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.